



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

6ª Câmara Cível

Apelação nº 0001819-30.2011.8.17.0000 (0310976-8)

Apelante: João Alves da Silva

Apelado: Egesa Engenharia S/A

Relator: Des. Evandro Magalhães Melo

Revisor: Des. Antônio Fernando Araújo Martins

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - DESTRUÇÃO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC (ILEGITIMIDADE ATIVA) - AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL POR NÃO TER O JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA SE MANIFESTADO ACERCA DA PRODUÇÃO DE PROVAS REQUERIDA PELAS PARTES - QUESTÃO DE FATO QUE NECESSITA DE PRODUÇÃO DE PROVAS - CERCEAMENTO DE DEFESA - SENTENÇA ANULADA COM DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA A DEVIDA INSTRUÇÃO PROCESSUAL - PROVIMENTO AO APELO - DECISÃO UNÂNIME

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, dar provimento ao recurso de apelação, na forma dos votos apresentados.

Recife, 30 de maio de 2014 (data da lavratura).

  
Des. Evandro Magalhães Melo  
Relator



102  
/ gao

**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

**6ª Câmara Cível**

**Apelação nº 0001819-30.2011.8.17.0000 (0310976-8)**

**Apelante: João Alves da Silva**

**Apelado: Egesa Engenharia S/A**

**Relator: Des. Evandro Magalhães Melo**

**Revisor: Des. Antônio Fernando Araújo Martins**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Civil interposta por JOÃO ALVES DA SILVA contra sentença de fls. 78/80, ora prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Barreiros, que, nos autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS proposta contra EGESA ENGENHARIA S/A, extinguiu o feito sem julgamento de mérito sob o fundamento de que o requerente, ora apelante, não possuía legitimidade ativa *ad causam* (artigo 267, inciso VI, do CPC).

Emerge dos autos que o apelante JOÃO ALVES DA SILVA adquiriu a posse do terreno situado no Vale do Rio Uma, no município de Barreiros/PE, apresentando como documento probatório o recibo emitido pelo vendedor. Acresce, ainda, que a apelada EGESA ENGENHARIA S/A causou prejuízos ao realizar serviço de terraplanagem para a construção de casas naquela região, resultando na destruição de diversas árvores frutíferas, além de touceiras de cana de açúcar, braços de macaxeira e de feijão.

Razões recursais às fls. 83/86, pugnando o apelante pela cassação da sentença de mérito, com posterior julgamento do mérito no feito de origem, sob o argumento de que a ação promovida buscava apenas o ressarcimento dos prejuízos causados pela conduta da parte contrária, afastando questões calcadas nos institutos de posse e propriedade.

Contrarrazões apresentadas às fls. 89/91, no sentido de negar provimento ao apelo e manter a sentença em seu inteiro teor.

É o relatório.

Ao revisor.

Recife, 20 de fevereiro de 2014.

  
**Des. Evandro Magalhães Melo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

108,

**6ª Câmara Cível**

**Apelação nº 0001819-30.2011.8.17.0000 (0310976-8)**

**Apelante: João Alves da Silva**

**Apelado: Egesa Engenharia S/A**

**Relator: Des. Evandro Magalhães Melo**

**Revisor: Des. Antônio Fernando Araújo Martins**

**VOTO DO RELATOR**

Presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal passo a análise do Recurso.

O cerne da questão é analisar se a decisão de 1º grau foi prolatada acertadamente ao extinguir o processo por ilegitimidade ativa *ad causam*, devendo ser apreciado a tese trazida nas razões recursais (fls. 84/86), acerca da distinção entre o instituto possessório e o direito real de propriedade.

Ora, sabemos que a posse é protegida pelo ordenamento jurídico, dando-se ao possuidor de boa-fé o direito, enquanto durar, aos frutos percebidos, com restituição dos pendentes ao tempo que cessar a boa-fé, sendo-lhe, ainda, garantido o direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis, tudo com fulcro nos artigos 1.210 a 1.222 do Código Civil.

Todavia, ao analisar minuciosamente os presentes autos, percebo como acertado o pronunciamento firmado pelo magistrado de 1º grau que entendeu por acolher a preliminar de ilegitimidade de JOÃO ALVES DA SILVA para atuar no pólo ativo (fls. 36/44), haja vista o mesmo não ter demonstrado ser, de fato, o possuidor do bem imóvel descrito na inicial.

De fato, há a possibilidade de o possuidor de boa fé ser ressarcido pelos prejuízos causados por outrem sobre seus bens. Entretanto, para que o suposto possuidor consiga alcançar pronunciamento judicial neste sentido, exige-se, ao menos, que atenda a todas as condições da ação, deixando os documentos que instruíram a inicial de lograr êxito na comprovação da posse (fls. 08/13).

Tenho que a ilegitimidade ativa foi bem decretada pelo juízo de 1º grau, pois entendo que se faz necessário demonstrar, de forma clara, a posse sobre o terreno onde se encontravam as diversas árvores frutíferas supostamente destruídas pela requerida/apelada, o que, definitivamente, não ocorreu quando do ajuizamento da ação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

Irretocável, assim, a sentença do magistrado de 1º grau que extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV do CPC, reconhecendo a ilegitimidade ativa do apelante.

Assim sendo, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22 de *fev* de 2014.

  
**Des. Evandro Magalhães Melo**  
**Relator**



**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0310976-8**  
**APELANTE: JOÃO ALVES DA SILVA**  
**APELADO: EGESA ENGENHARIA S/A**  
**REVISOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**Sexta Câmara Cível**  
**VOTO DE REVISÃO**

**1. Preliminar de cerceamento de defesa, suscitada de ofício.**

✓ Verifica-se que a juíza de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito ao entender que o autor não teria legitimidade ativa para reclamar acerca da alegada destruição de sua lavoura, acolhendo a preliminar suscitada pela demandada. Fundamentou sua decisão afirmando que, das provas nos autos, não foi demonstrada a posse do terreno pelo autor.

Deste modo, verifica-se que a questão crucial diz respeito à produção de provas quanto à alegação do autor que teria a posse do terreno onde foi destruída a lavoura.

Compulsando os autos, verifico que, à fl. 72, o togado singular determinou que as partes se pronunciassem acerca das provas que desejassem produzir. O autor pronunciou-se a respeito à fl. 74, ratificando as testemunhas que indicara na inicial; a demandada apresentou suas próprias testemunhas à fl. 77. Entretanto, a juíza singular proferiu sentença desconsiderando de todo as petições protocoladas pelas partes em resposta ao despacho.

Ora, dizendo a matéria respeito à questão de posse, é evidente que a prova testemunhal tem natureza crucial para a resolução da lide. Não pode o togado singular dizer que, por não ter o autor apresentado provas de sua posse, não teria esta legitimidade ativa para ser parte, especialmente considerando-se que *houve a intimação para que as partes afirmassem quais provas desejavam produzir*.

Assim, não tendo se pronunciado o juízo sobre as provas que as partes desejavam produzir, levando-se em conta ainda o fato da prova testemunhal ser essencial para a resolução da lide, percebo ter ocorrido claro cerceamento



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins

113

de defesa, que, por ser matéria de ordem pública, é passível de reconhecimento de ofício, dada a sua natureza constitucional. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA ACERCA DA REABERTURA DO PRAZO PARA RECORRER. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. Verificado nos autos a ausência de intimação da parte autora acerca da reabertura do prazo recursal da apelação, expressamente interrompido pelo julgador unipessoal quando do julgamento dos embargos de declaração opostos pela ré, **deve ser reconhecida a nulidade processual em razão do cerceamento de defesa. Matéria de ordem pública, prevista no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, a qual não está sujeita à preclusão pro judicato.** Precedentes. NULIDADE PROCESSUAL RECONHECIDA, DE OFÍCIO. PREJUDICADO O EXAME DO APELO DA RÉ, POR ORA. (Apelação Cível Nº 70057235558, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 27/02/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - REVELIA DA REQUERIDA - MAGISTRADO QUE INDEFERE A PRODUÇÃO DE PROVA DIANTE DO NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 407 DO CPC: ARROLAMENTO PRÉVIO DE TESTEMUNHAS - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE POR FALTA DE PROVAS - **CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO DE OFÍCIO - JULGAMENTO DA LIDE SEM QUE O AUTOR TIVESSE PRODUZIDO AS PROVAS REQUERIDAS - NULIDADE INSANÁVEL - SENTENÇA CASSADA.** O prazo do artigo 407 do CPC tem por objeto permitir à parte adversa que antecipadamente conheça as testemunhas e, assim, possa eventualmente contraditá-las. Caracterizada a revelia, deve o Magistrado - como destinatário da prova - colher os depoimentos e avaliá-los nos termos do artigo 131 do CPC e não, analisando o mérito, julgar improcedente o pedido. "Evidencia-se o cerceamento, autorizador da nulidade do processo, quando proferido julgamento antecipado que despreza a produção de provas relevante a solução do processo. Se o pleito do autor depende da prova, esta não lhe pode ser negada, nem reduzido o âmbito de seu pedido com um julgamento antecipado, sob pena de configurar-se uma situação autêntica de denegação de justiça." (AgRg no Ag n. 888574/PR, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 16-10-07). **"O que o sistema não admite, em hipótese alguma, sob pena de cerceamento de defesa, é que o juiz decida a lide antecipadamente em desfavor da parte que requereu e especificou a necessidade de realização de determinada prova, objetivando demonstrar fato relevante que mudaria o curso do julgamento, salvo se os argumentos do postulante não encontrarem ressonância no contexto dos autos."** (FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 4, tomo II, São Paulo: RT, 2007, p. 488). (TJ-SC - AC: 352808 SC 2004.035280-8, Relator: Denise Volpato, Data de Julgamento: 23/02/2010, Primeira Câmara de Direito Civil)

PREVIDENCIÁRIO. AMPARO SOCIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. -Configura-se o cerceamento do direito de defesa da parte quando o juízo monocrático, tendo indeferido a produção da prova requerida, essencial para o deslinde da lide, julga improcedente o pedido por insuficiência de provas. - O cerceamento do direito de defesa, por se tratar de matéria de ordem pública pode ser conhecido até mesmo de ofício. - Sentença anulada ex officio. Retorno dos autos ao Juízo de origem, a fim possibilitar o prosseguimento da dilação probatória. Apelação prejudicada. (TRF-5 - AC: 438310 CE 0012253-91.2000.4.05.8100, Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena, Data de Julgamento: 24/07/2008, Primeira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 29/08/2008 - Página: 616 - Nº: 167 - Ano: 2008)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins

114

SFH. REQUERIMENTO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE EVOLUÇÃO SALARIAL. NÃO APRECIÇÃO PELO MAGISTRADO A QUO. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. - Tendo havido requerimento autoral, no sentido de que fosse oportunizada reabertura de prazo para apresentação de comprovantes da evolução salarial do mutuário, e não tendo havido sequer manifestação do magistrado sobre o pedido, configurado resta o cerceamento de defesa, cujo conhecimento pode se dar de ofício.

- Anulação da sentença recorrida, para possibilitar-se o prosseguimento da dilação probatória.

- Apelação prejudicada.

(TRF - 5ª Região, 1ª Turma, Relator Paulo Machado Cordeiro (convocado), AC 389910, DJU: 21/09/2006).

Ademais, no caso dos autos, a questão referente à legitimidade ativa do autor confunde-se com o mérito. Isso se dá porque, para determinar se o autor pode ou não pleitear a indenização, é necessário verificar se ele tinha ou não a posse do terreno - momento no qual já se adentrou na matéria de mérito. Deste modo, simplesmente não poderia o presente processo ter sido extinto com base na arguição da preliminar de ilegitimidade.

Deste modo, **acolho** a presente preliminar, suscitada de ofício, reconhecendo o cerceamento de defesa, para anular a sentença, de modo a que os autos retornem à primeira instância para a devida instrução e prosseguimento do feito.

É como voto.

Recife, 22 de Abril de 2014.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**REVISOR**



118

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**6ª Câmara Cível**

*Gabinete do Des. Patriota Malta*

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0310976-8**

**APELANTE: JOÃO ALVES DA SILVA**

**APELADA: EGESA ENGENHARIA S/A**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. EVANDRO SÉRGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO**

**REVISOR: DES. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS**

**VOTO VISTA**

Senhores Desembargadores, o julgamento já iniciado deste recurso registra controvérsia sobre ponto essencial da matéria, daí porque senti necessidade de me debruçar de maneira mais detida sobre a questão sob julgamento, e ter formulado o meu pedido de vista, retornando agora com os autos para proferir o meu voto.

Pois bem, no presente caso, cuida-se de ação de indenização por danos materiais interposta por **João Alves da Silva** em face da **Egesa Engenharia S/A**.

O fato gerador da indenização, segundo alega o autor, seria a suposta conduta ilícita imputada à empresa de engenharia ré consistente em obra de terraplanagem para construção de casas populares em terreno por ele cultivado, com destruição das lavouras.

O magistrado sentenciante, acolhendo a preliminar de ilegitimidade ativa arguida pela parte demandada, julgou a ação extinta, sem resolução do mérito, com o argumento de que "*o autor nem possuía a posse e nem a propriedade do bem*".

O autor, ora apelante, então recorre, aduzindo que o litígio não tem origem possessória ou petitoria, mas tão somente indenizatória. Aduz que, na qualidade de agricultor, tem plena legitimidade para receber indenização decorrente de fruto de seu trabalho (destruição de lavoura). Afirma, ainda, que o exercício da sua posse seria comprovado mediante a produção das provas requeridas.

O eminente Des. Relator, proferiu seu bem fundamentado voto, negando provimento ao apelo. Declarou que para ter direito a indenização pretendida, deveria o autor ter comprovado a posse do terreno onde se encontravam as diversas árvores frutíferas supostamente destruídas, o que não teria ocorrido quando do ajuizamento da ação.

O eminente Des. Revisor, com o esmero que lhe é peculiar, suscitou, de ofício, a preliminar de cerceamento de defesa, no sentido de anular a sentença vergastada. Isso porque tendo o autor requerido à produção de provas (testemunha e perícia) em sua inicial, e bem assim nas alegações finais, justamente com o intento de comprovar que



116

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. Patriota Malta*

detinha a posse do terreno, não poderia o magistrado sentenciante extinguir antecipadamente o feito, por ilegitimidade ativa, ante a ausência de comprovação da posse.

Com efeito, tendo a parte autora requerido a produção de prova, constatada a sua necessidade para o deslinde da questão, não pode o juiz julgar antecipadamente a lide. Evidenciada a necessidade da produção de provas requeridas pela autora, a tempo oportuno, constitui cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, com infração aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. A violação a tais princípios constitui matéria de ordem pública e pode ser conhecida de ofício pelo órgão julgador.

No caso, observa-se que o juízo de piso não indeferiu as provas requeridas, a tempo oportuno, pela autora. Na verdade, o julgador passou ao exame direto da lide, julgando-a antecipadamente, com a extinção do feito, sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa, decorrente da ausência de provas.

De fato, verifica-se que a recorrente, por duas vezes, requereu a produção de prova. A primeira à fl. 05, em sua petição inicial, indicando rol de testemunhas. A segunda, à fl. 74, quando, em cumprimento ao despacho ordinatório de fls. 72, especificou as provas documental, pericial e testemunhal que desejava produzir.

João Roberto Parizatto, em comentário ao artigo 330 do CPC, afirma que:

*"Necessário é se observar que a prolação de sentença sem a designação de audiência de instrução e julgamento, chamada de julgamento antecipado da lide, deve ser muito bem sopesado pelo juiz, para que o direito de defesa da parte, assegurado em sede constitucional, não seja tolhido pelo juiz, eis que muitas vezes necessita a parte de produzir suas provas em audiência, de modo a convencer o juiz daquilo que alegou, o que ocorrerá verbi gratia, com o depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas conhecedoras dos fatos controvertidos e objetos da discussão. Se comprovado for que houve cerceamento de defesa, a sentença será nula" (Código de Processo Civil Comentado, Vol. I, edipa, fls. 674/675).*

Destarte, entendo que o julgamento antecipado da lide, na forma como ocorreu no caso concreto, infringe o princípio do devido processo legal e caracteriza indiscutível cerceamento de defesa. Assim, o meu voto, após a devolução da vista, com as devidas vênias ao voto prolatado pelo Des. Relator, é no sentido de acolher a preliminar suscitada de ofício pelo Des. Fernando Martins. **É como voto.**

*Recife, 06/05/2014.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEXTA CÂMARA CÍVEL – 22 04 2014  
APELAÇÃO Nº 310976-8 – BARREIROS  
APELANTE: JOÃO ALVES DA SILVA  
APELADO: EGESA ENGENHARIA S/A  
RELATOR: DESEMBARGADOR EVANDRO MAGALHÃES  
REVISOR: DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

RELATÓRIO À FL.102 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 108 E VERSO DOS AUTOS.

---

VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 112/114 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Eu peço vista.

---

DECISÃO:

"APÓS VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO APELO E VOTO DO REVISOR ACOLHENDO A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, SUSCITADA DE OFÍCIO, PEDIU VISTA DOS AUTOS O DES. PATRIOTA MALTA".

---

*Patricia Santos*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

SEXTA CÂMARA CÍVEL – 06.05.2014

APELAÇÃO CÍVEL N° 310976-8 - BARREIROS

APELANTE : JOÃO ALVES DA SILVA

APELADA : EGESA ENGENHARIA S/A

RELATOR : DESEMBARGADOR EVANDRO SÉRGIO NETTO  
DE MAGALHÃES MELO

REVISOR : DESEMBARGADOR FERNANDES MARTINS

EM SESSÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, APÓS O VOTO DO RELATOR  
NEGANDO PROVIMENTO AO APELO E VOTO DO REVISOR ACOLHENDO A  
PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, SUSCITADA DE OFÍCIO,  
PEDIU VISTA DOS AUTOS O DES. PATRIOTA MALTA.

---

VOTO-VISTA DO EMINENTE DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA  
CONSTANTE NAS FOLHAS 115/116 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR EVANDRO SÉRGIO MAGALHÃES MELO (RELATOR)

Presidente?

---

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Pois não.

---

DESEMBARGADOR EVANDRO SÉRGIO MAGALHÃES MELO (RELATOR)

Realmente, o meu voto foi um voto de mérito e o voto de Vossa Excelência, na  
qualidade de Revisor, foi levantando a preliminar de cerceamento. Eu vou me  
quedar ao entendimento de Vossa Excelência e ao entendimento do eminente  
Desembargador Patriota e vou acompanhar a preliminar suscitada por Vossa  
Excelência, porque realmente não foi observado, no meu voto, realmente não  
adentrei na preliminar e, diante do voto esclarecedor do Desembargador Patriota  
que me convenceu, eu vou acompanhar. Vou dar mais uma chance para essa  
parte: ela vai ter a oportunidade de provar essa posse porque eu entrei logo no  
mérito porque havia fotos, mas, realmente, se houver testemunha, pode ser que  
haja uma comprovação.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE)**

Justificação de posse.

---

**DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA**

O problema não é de justificação de posse. O que ele quer mesmo, Desembargador, é indenização. Não é possessória, não.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE E REVISOR)**

Eu sei, mas as testemunhas iriam dizer que ele estava na posse.

---

**DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA**

As testemunhas iriam dizer (ou vão dizer, eu não sei) que ele ou tinha uma colheita ou não tinha.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (PRESIDENTE E REVISOR)**

É verdade.

---

**DECISÃO:**

"APÓS VOTO-VISTA DO EMINENTE DES. PATRIOTA MALTA E A PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO PELO REVISOR, DES. FERNANDO MARTINS, O EMINENTE DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO, PEDINDO A PALAVRA, VEIO ADERIR AOS VOTOS DOS MENCIONADOS DESEMBARGADORES, FICANDO, DESTARTE, UNÍSSONA TODA A TURMA, RECONHECENDO O CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, RETORNANDO OS AUTOS À INSTÂNCIA INFERIOR PARA O PROCESSAMENTO REGULAR DO FEITO EM ANÁLISE".

---